

O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO

Cibelly Cruz De Souza¹

Hadassa Ferreira Santos Freza²

Raquel De Souza Cardoso Gabrecht³

Lilian Pereira Menenguci⁴

RESUMO

Este artigo, que resulta de um Estudo de Caso, tem por finalidade compreender o processo de apropriação e desenvolvimento da linguagem escrita na Educação Infantil. Para isso, durante um semestre, acompanhou uma criança matriculada num Centro de Educação Infantil, da rede privada de ensino, no município de Serra. O Estudo de Caso apresenta, em ordem cronológica, os avanços da escrita da aluna, sujeito da pesquisa. Teoricamente, o texto se sustenta nas contribuições de Ferreiro e Teberosky, Costa e Gontijo. A partir dessas autoras, os dados são apresentados e analisados. Cada seção do texto traz particularidades que contribuem para a compreensão do tema, tanto quanto do processo de desenvolvimento da linguagem escrita percorrido pela criança. Conclui que o processo de apropriação e desenvolvimento da linguagem escrita pela criança, precisa respeitar as características de aprendizagem e, por isso, demanda intervenção pedagógica capaz de potencializar as habilidades desse sujeito.

Palavras-chave: Processo. Alfabetização. Linguagem Escrita. Educação Infantil

¹ Rede de Ensino Doctum – Unidade Serra – cibelly.cruzs@gmail.com – graduando em Pedagogia

² Rede de Ensino Doctum – Unidade Serra – hadassa904@gmail.com – graduando em Pedagogia

³ Rede de Ensino Doctum – Unidade Serra – raquel_souzacardozo@hotmail.com – graduando em Pedagogia

⁴ Professora Orientadora da Rede de Ensino Doctum– Unidade Serra (ES)– E-mail:lilianmenenguci@gmail.com

1- Introdução

A alfabetização, ao longo de toda a história da Educação Brasileira, tem sido tema sobre o qual muitos professores e pesquisadores se dedicam. No conjunto dessas reflexões, a questão dos métodos utilizados para ensinar a ler e a escrever, volta e meia, ganha destaque.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, traz a obrigatoriedade da oferta da Educação para crianças a partir de 4 anos de idade afirmando, assim, a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica. Ainda no campo da legislação, também temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB), nº 9.394, de 1996, e o Plano Nacional de Educação (PNE), nº 13.005, 2014-2024 que, por exemplo, são documentos que reafirmam o que está previsto na Constituição Brasileira de 1988.

Apesar da proposição legal e de um conjunto de programas e projetos voltados à questão da alfabetização, a taxa de analfabetismo no Brasil, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), em 2019, é de 6,6% da população. Isso significa que o Brasil ainda tem 11 milhões de pessoas, de 15 anos ou mais, que não sabem ler e escrever nem mesmo um bilhete.

Diante disso, tornou-se necessário aprofundar nossos estudos em relação à alfabetização no Brasil. Para isso, entretanto, e considerando a abrangência do tema, focaremos em compreender o processo de apropriação da linguagem escrita na Educação Infantil a partir de um Estudo de Caso.

O projeto inicial era realizar uma pesquisa de campo com os grupos da Educação Infantil, com o objetivo de observar o processo de apropriação e desenvolvimento da linguagem escrita da criança. Porém, devido à pandemia provocada pela Covid-19, que atingiu o Mundo, o Brasil e o Espírito Santo, se fez necessário o distanciamento social como uma das medidas preventivas decretadas pelos governos e autoridades sanitárias.

Entre as medidas anunciadas, o governo capixaba decretou a suspensão das aulas presenciais, tanto na Educação Infantil quanto nos demais níveis de ensino, nas redes públicas e privadas, por tempo indeterminado. Assim, não foi possível realizar a proposta inicial de pesquisa. Entretanto, revisitamos a experiência de apropriação da linguagem escrita, de uma criança da Educação Infantil, vivenciada por uma das

alunas-pesquisadoras.

Por isso, este trabalho resulta de um Estudo de Caso, realizado com apenas uma aluna do grupo 5 da Educação Infantil, onde foi possível observar, durante o período de 6 meses, o seu processo de apropriação e desenvolvimento da linguagem escrita. Logo, o artigo resulta de uma pesquisa qualitativa, com natureza de Estudo de Caso. Nele, são assumidas contribuições de professoras pesquisadoras como Gontijo (2001) e Costa (2012) e de perspectivas teóricas como as de Ferreiro e Teberosky (1999).

O texto está organizado em três seções. Na primeira seção, “*O processo de apropriação da linguagem escrita na educação infantil: algumas considerações*”, são apresentadas algumas leis e estudos que dizem respeito à Educação Infantil e ao processo de alfabetização. Na segunda seção, “*Contribuições de Ferreiro e Teberosky para compreender a apropriação e desenvolvimento da linguagem escrita da criança pequena*”, são abordadas questões conceituais relacionadas ao tema. Na terceira seção, “*O caso da pequena Ana: sobre metodologia e resultados*”, o processo metodológico e a análise de dados são apresentados. Por fim, o trabalho conclui que o processo de apropriação e desenvolvimento da linguagem escrita pela criança implica o respeito às características de aprendizagem desse sujeito e, por isso, exige mediações pedagógicas capazes de potencializar as habilidades do aprendente.

O processo de apropriação da linguagem escrita na educação infantil: Algumas considerações

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2013, p.83) “a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade [...]”, porém a sua obrigatoriedade se dá a partir dos quatro anos. Desse modo, a Educação Infantil passou a integrar também a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), documento mais atual que norteia toda Educação Básica.

A Educação Infantil começou a ser reconhecida no Brasil a partir da Constituição de 1988 que, em seu Art. 208, inciso IV, determinou a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 anos de idade. Mas foi com a LDB de 1996, no seu Art.

29, que a educação infantil foi reconhecida como etapa da educação básica e teve sua finalidade definida.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade. (MEC, 1996, p.11)

Desde então, houve a preocupação de como o ensino seria ministrado, qual seria a proposta curricular, a função sociopolítica e os princípios dessa etapa da educação. Diante de tais indagações, o Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Resolução N° 5, de 17 de dezembro de 2009, fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs).

As DCNEIs destacam que as práticas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e as brincadeiras, garantindo experiências que:

II – favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por eles de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
 III – possibilitem às crianças experiências narrativas de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos. (DCNEIs, 2013, p. 99)

A Política Nacional de Alfabetização (PNA), Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, “estabelece o incentivo às práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral e da literacia emergente na Educação Infantil”.

A PNA pretende inserir o Brasil no rol de países que escolheram a ciência como fundamento na elaboração de suas políticas públicas de alfabetização, levando para a sala de aula os achados das ciências cognitivas e promovendo, em consonância com o pacto federativo, as práticas de alfabetização mais eficazes, a fim de criar melhores condições para o ensino e a aprendizagem das habilidades de leitura e de escrita em todo o país. (MEC, 2019)

Segundo a BNCC (2017) a criança possui alguns direitos de aprendizagem e desenvolvimento, como conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, pois é nesse período da infância que ela começa a ter contato com meios e recursos que a auxiliarão no seu desenvolvimento motor e cognitivo, que resultarão na sua apropriação da leitura e da escrita.

A partir da leitura do livro *Alfabetização: a criança e a linguagem escrita*, (2007), de Cláudia Maria Mendes Gontijo, surgiu a necessidade de pesquisar mais a fundo

sobre o processo de apropriação e desenvolvimento da linguagem escrita, observando como se dá o aprendizado escrito e interpretativo da criança quando ela inicia a sua alfabetização e entra em contato com o mundo das letras na Educação Infantil.

Estudos de Gontijo (2001), Costa (2012), Ferreiro e Teberosky (1999), abordam temas relacionados ao processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita e sustentam nossas discussões.

Gontijo (2001) em sua tese de doutorado *O processo de apropriação da linguagem escrita na fase inicial de alfabetização escolar*, defendida no ano de 2001 na Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, descreveu como a alfabetização ocorre no cotidiano escolar, mostrando a relação entre a criança e a escrita dia após dia. Sua pesquisa expôs como as crianças na fase inicial da alfabetização reagem ao serem incentivadas a usarem a escrita como recurso para lembrar o conteúdo do texto que motivou o registro. Ela observou de início que as crianças produzem textos indiferenciados e usam apenas letras. Como passar do tempo, elas percebem a relação entre a linguagem oral e a escrita.

Os processos que se constituem nas crianças, durante a fase inicial de alfabetização, resultam das relações com as outras pessoas (adultos ou outras crianças) que os ensinam a ler e a escrever. Do ponto de vista pedagógico, é essencial ter em mente que a capacidade de usar a escrita para si como os outros a utilizam não surge e se desenvolve da mesma forma que os órgãos do corpo. Uma criança que passa a usar as letras para escrever as suas ideias, as alheias, para recordar e para intervir sobre os outros precisa vivenciar inúmeras situações em que as pessoas leem e escrevem para elas e as incentivam a ler e a escrever. (GONTIJO, 2001, p. 264)

O estudo proposto por Costa (2012) em sua tese de doutorado, *A escrita para o outro no processo de alfabetização*, realizado na Universidade Federal do Espírito Santo, no ano de 2012, teve o objetivo de induzir a criança a escrever algo para o outro. Para isso, propôs temas que influenciavam as crianças a escreverem textos e palavras. Segundo Costa (2012, p.197), “[...] na produção de textos as crianças mobilizam suas capacidades cognitivas, seus conhecimentos e suas possibilidades de dialogar com o outro [...]”.

Embora a escrita seja relevante, é possível compreender que no momento em que a criança tenta escrever algo, ela consegue entender a escrita como uma forma de

linguagem. Em razão disso, passa a construir hipóteses sobre como ela se dá. À medida que os processos de mediação pedagógica acontecem, essas hipóteses passam a ser qualificadas.

Contribuições de Ferreiro e Teberosky para compreender a apropriação e desenvolvimento da linguagem escrita da criança pequena

Na Educação Infantil há um cuidado com os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que as crianças devem receber ao entrarem no ambiente escolar. A BNCC afirma que “[...] as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos, quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento [...]”.

Esses objetivos são distribuídos em campos de experiências, que são eles: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Esses campos de experiência são divididos em grupos por faixa etária: a creche com bebês e crianças bem pequenas e a pré-escola com crianças pequenas, sempre considerando os eixos estruturantes da educação infantil que são as interações e as brincadeiras.

A criança quando inicia na Educação Infantil precisa receber estímulos que a auxiliem em seu comportamento, habilidades e conhecimentos. Através desses estímulos, o processo de apropriação da linguagem escrita pode ser alcançado. Eles podem ser trabalhados de diversas maneiras, tendo como base as interações e a brincadeira, fazendo com que a criança desenvolva habilidades como coordenação motora, lateralidade, organização espacial e temporal e esquema corporal, habilidades relacionadas ao processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança.

Esse processo se inicia quando a criança entra na creche desenvolvendo algumas competências. Com os anos ela vai avançando até chegar na pré-escola, onde de fato tem um contato maior com as letras.

Ferreiro e Teberosky (1999) estudaram a psicogênese da escrita no processo de alfabetização. O termo *psicogênese* pode ser entendido como origem ou gênese,

processo em que cada pessoa passa para adquirir conhecimento. As autoras, seguindo os delineamentos da psicologia genética, levantaram hipóteses sobre cada tarefa proposta. Para elas, “[...] todas as tarefas supunham uma interação entre o sujeito e o objeto de conhecimento (nesse caso, a escrita) sobre a forma de uma situação a ser resolvida [...]” (p.37).

As autoras acreditam que a criança é a facilitadora no processo da alfabetização, pois aprende através de suas ações, construindo o seu próprio conhecimento e assimilando as informações que estão à sua volta. Por consequência disso, a educação deve possibilitar o desenvolvimento da criança durante os seus estágios de maturação, que se inicia no nascimento e caminha até a adolescência. Os processos psicogênicos na escrita são diferentes para cada indivíduo, e esse processo é o caminho que a criança ou o adulto deverá percorrer para compreender as características, valor e a função escrita.

Ferreiro e Teberosky (1999) levantaram hipóteses sobre as etapas psicogenéticas do processo de alfabetização, nomeando-os como: nível pré-silábico, onde a criança faz rabiscos, desenhos e sinais gráficos. Normalmente, nesse nível, só a criança consegue traduzir as representações que produziu. Além disso, ela não faz ligação entre o som e a letra. A escrita é proporcional ao tamanho. Se pedir para a criança desenhar uma formiga, por exemplo, ela pode fazer um desenho bem pequeno.

No nível silábico acontece uma associação entre a letra e o som que ela produz, porém a criança acredita que apenas algumas letras já significarão a palavra solicitada, usando normalmente três caracteres.

O nível silábico alfabético é a passagem da linguagem silábica para alfabética, podendo escrever parcelas das sílabas com algumas letras. A criança começa a entender os fonemas. No nível alfabético há um domínio maior da escrita, ela entende as sílabas e os fonemas e passa a interpretar a palavra e o seu som.

O conhecimento desses níveis, por parte dos mediadores do processo de ensino-aprendizagem, facilita a compreensão de como a criança desenvolve e se apropria da escrita, trazendo uma nova perspectiva e possibilidades para a oferta de um ensino enriquecedor onde a criança seja a protagonista do seu processo de aprendizado.

A linguagem abrange vários sentidos, entre eles os signos convencionais que são usados para a comunicação da escrita verbal. Dessa forma, a linguagem escrita compreende um meio usado para se comunicar através de signos. Ferreiro e Teberosky (1999) consideram a escrita como uma representação da linguagem, onde é possível codificar símbolos.

Segundo o Dicionário Online de Português⁵ apropriação é “ação ou efeito de tomar algo e torná-lo de sua propriedade [...]”. Assim, entendemos que apropriação consiste em trazer algo para si. Já no campo educacional, podemos dizer que a apropriação ocorre quando a criança internaliza o que está sendo ensinado. Gontijo (2001) em um trecho de sua tese de doutorado afirmou:

[...] a análise que nos propomos a realizar do processo de alfabetização, levará em conta o processo de apropriação, pois as crianças não se adaptam a linguagem escrita, mas, se apropriam dela. (p.10)

Desenvolvimento, de acordo com o Dicionário Online de Português é “Ação ou efeito de desenvolver, de crescer, progredir, se tornar maior [...]”, ou seja, ter avanços em determinados aspectos, podendo ser físico ou psicológico. Gontijo (2001) utilizou os estudos de Vigotski (1989) como base para compreender o desenvolvimento humano que, segundo ele, aparece primeiro como algo social e, depois, como algo psicológico.

De acordo com as autoras estudadas, a linguagem escrita é um meio usado para se comunicar através de signos, proporcionando a possibilidade de escrita de palavras, frases e textos. Gontijo (2001) afirma que “[...] a linguagem escrita, usada na nossa sociedade, é um sistema de signos que serve de apoio às funções intelectuais, especificamente à memória” (p.5). Como esse sistema de signos é significado pela criança pequena que frequenta a Educação Infantil? O estudo de caso contribui para responder à questão.

O caso da pequena Ana: Sobre metodologia e resultados

Para compreender o processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita

⁵ Dicio, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/>>

pela criança pequena, na Educação Infantil, apostamos no Estudo de Caso como abordagem.

O Estudo de Caso é um tipo de metodologia que descreve o caminho percorrido para alcançar um objetivo. É utilizado para estudar apenas uma unidade em particular, seja para acompanhar seu desenvolvimento e avanços ou alcançar todas as dimensões no decorrer do processo.

Nesta pesquisa, em virtude do cenário de pandemia, estudamos a apropriação e desenvolvimento da escrita com apenas uma criança. Isso, entretanto, não impede que apropriemo-nos das contribuições advindas dessa investigação. Nessa perspectiva de acordo com o Artigo “O uso do método estudo de caso na ciência da informação no Brasil” desenvolvida por Costa e demais autores (2013) “[...] o estudo de caso refere-se a uma análise detalhada de um caso específico, supondo que é possível o conhecimento de um fenômeno a partir do estudo minucioso de um único caso” (p.52).

Ana⁶, de cinco anos, é uma aluna da Educação Infantil matriculada no grupo V em um Centro de Educação Infantil, de uma rede privada, localizado no município de Serra (ES). A escola de Ana, no cenário pandêmico, adotou as aulas remotas. Sua mãe, em razão das suas percepções e inseguranças relacionadas à iniciativa, optou por investir em aulas particulares que foram ministradas por uma das alunas-pesquisadoras.

A pequena Ana é muito ativa, mostra-se, sempre, muito curiosa. Entre suas habilidades cognitivas, atenção, concentração e memória estão presentes. Além disso, tem boa percepção, reconhece e nomeia as letras do alfabeto, tem boa coordenação visomotora e apresenta interesse em aprender a ler e a escrever.

Os encontros com Ana aconteceram duas vezes por semana, cada um com duração de uma hora e meia, em um local preparado para o ensino individual. No espaço, alguns recursos como silabário, alfabeto, livros, quadro negro e materiais escolares foram utilizados com o objetivo de deixá-lo bem próximo do ambiente escolar.

Os encontros aconteceram no período de 22 de junho a 19 de novembro de 2020,

⁶ Nome fictício, utilizado para manter o sigilo da identidade da criança.

com duração de seis meses. Ao longo desse tempo, foi possível observar o processo e evolução da escrita de Ana.

Para conhecermos as hipóteses de escrita de Ana, foram propostas algumas atividades. Essas foram realizadas em seu caderno. Ele, inclusive, se constituiu instrumento de coleta de dados deste estudo.

No primeiro encontro, Ana chegou bem empolgada. Nesse dia, o objetivo principal foi estabelecer vínculo com a pequena. Durante a primeira semana de trabalho, ocorrida nos dias 22 e 26 de junho de 2020, realizamos algumas avaliações diagnósticas, com o objetivo de identificar seus conhecimentos e hipóteses sobre a escrita.

Inicialmente, pedimos que Ana identificasse, oralmente, as letras do alfabeto que estavam expostas na sala. Observamos que Ana reconhecia todas as consoantes e vogais, então pedimos que escrevesse as letras do alfabeto em seu caderno. Em seguida propomos uma atividade com encontros vocálicos. Solicitamos que Ana lesse e reescrevesse os encontros vocálicos sugeridos. Observamos também que a criança possuía o conhecimento de várias famílias silábicas, por exemplo, pelas letras B,C,D,F,G,J,L,M,N e P.

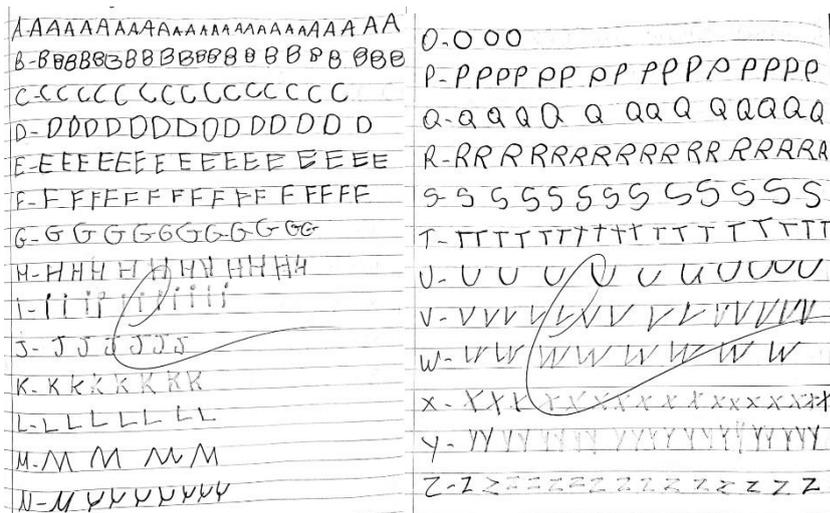


Figura 01 – Escrita de Ana, no dia 22 de Junho de 2020.

Diante do resultado das atividades, percebemos que Ana já possuía conhecimentos sobre as letras e encontros vocálicos. Decidimos então optar por uma atividade em que ela pudesse escrever, espontaneamente.

No dia 29 de junho de 2020, oralmente, Ana falou da sua brincadeira favorita. À disposição dela, deixamos um caderno e uma bolsinha com lápis de escrever, borrachas e apontador. Solicitamos que ela escrevesse o que havia nos falado. Enquanto conversávamos, Ana afirmou que estava “*escrevendo*” e nos apresentou a seguinte produção:

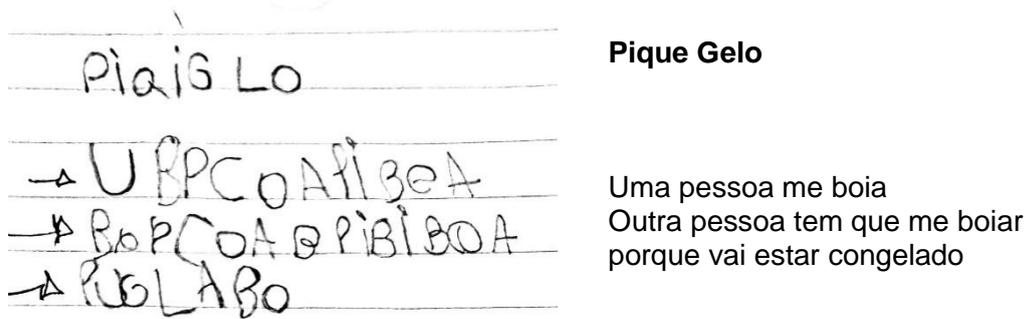


Figura 02 – Escrita de Ana, no dia 29 de Junho de 2020.

Nessa atividade, Ana escreveu sobre sua brincadeira preferida: pique gelo. A partir da produção escrita da criança, conforme a figura 02, observamos algumas características do seu processo de escrita.

Ana faz uso da letra “bastão” para escrever. No nome da brincadeira, “pique gelo”, observamos que ela apresenta uma característica da escrita silábica, com valor sonoro, em transição para a escrita alfabética. Isso, porque, Ana escreve “PIQI”, para representar a palavra “pique”; e, “GLO”, para representar “gelo”. Nesse caso, a leitura das palavras escritas por Ana é perfeitamente compreensível, apesar de algumas supressões de letras. Nesse caso, não se pode considerar que a escrita de Ana seja uma escrita com erros. Mesmo porque, de acordo com Ferreiro e Teberosky

Fatos como este, que ocorrem normalmente no desenvolvimento da linguagem na criança, testemunham um processo de aprendizagem que não passa pela aquisição de elementos isolados que logo irão progressivamente se juntando, mas sim pela constituição de sistemas onde o valor das partes vai se redefinindo em função das mudanças no sistema total. Por outro lado, fatos como este demonstram, também, que existe o que chamamos de *erros construtivos* (grifos do autor), isto é, respostas que se separam das respostas corretas mas que, longe de impedir alcançar estas últimas, pareceriam permitir os acertos posteriores. (Ferreiro e Teberosky, 1985, p.23)

Assim, entendemos que quando a criança está passando pelo processo e desenvolvimento da escrita, levanta hipóteses sobre como se deve utilizar as grafias

aprendidas. É nesse momento que se apresenta o que as autoras chamam de “erro construtivo”. A partir desses erros, a criança levantará novas hipóteses sobre a forma convencional de escrever.

Observamos, na primeira linha do texto de Ana, conforme a figura 02, a inscrição de “UBPCOAPIBOA”. Hipótese de escrita da criança para registrar a frase “uma pessoa me boia”. Podemos observar que nessa escrita Ana não fez o uso de espaçamento entre as palavras, mas ainda assim é possível identificar a sua tentativa em escrever a frase dita. Por exemplo, na parte onde ela coloca “UB” quis dizer “UMA”, e “PCOA” como “PESSOA” e “BOA” como “BOIA”, é possível verificar a semelhança no valor sonoro de cada letra, onde para ela representava a palavra. Segundo os estudos de Ferreiro e Teberosky (1985) esta é uma característica presente no nível silábico, que segundo elas

[...] esse nível está caracterizado pela tentativa de dar um valor sonoro a cada uma das letras que compõem uma escrita. Nesta tentativa, a criança passa por um período de maior importância evolutiva: cada letra vale por uma sílaba (p.193)

Na segunda linha da produção escrita da criança do nosso estudo, letras combinadas que resultam em “PCOA” e “BOA” se repetem. Isso nos permite compreender que Ana levanta hipóteses de como essas palavras são escritas, fazendo repetição delas no texto.

Na terceira linha do texto, Ana escreveu “PUGLABO”, para representar a frase “porque vai estar congelado”. Com base nos estudos de Ferreiro e Teberosky (1999) concluímos que Ana está no nível silábico, uma vez que, de acordo com nossas autoras, Ana utiliza algumas letras para representar uma palavra e/ou uma sentença.

No dia 06 de julho de 2020, a proposta de atividade de registro envolveu o alfabeto móvel e algumas figuras. Colamos algumas figuras no caderno de Ana e pedimos que ela escrevesse, com o alfabeto móvel, o nome de cada uma delas. Ana ficou muito empolgada com a atividade. A cada nome escrito, perguntava se a escrita estava correta. Na sequência, conforme mostra a figura 3, colamos as palavras em seu caderno.

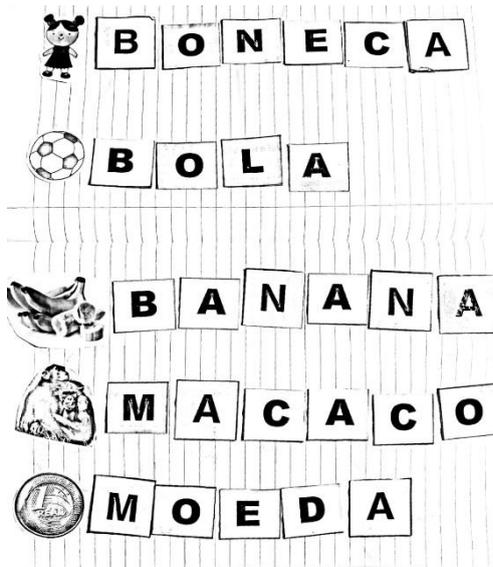
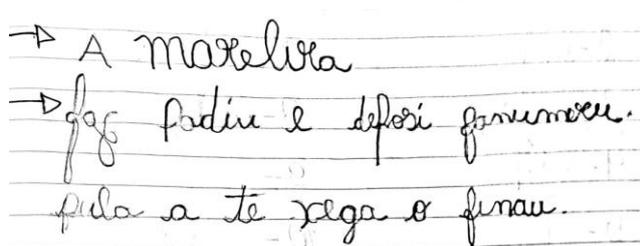


Figura 03 – Escrita de Ana, no dia 06 de Julho de 2020.

Durante o período de 6 de julho a 31 de agosto, Ana continuou frequentando assiduamente os encontros, neles, novas propostas foram apresentadas. Dessa vez, envolviam frases curtas, espaço entre palavras, as famílias silábicas correspondentes as letras R,S,T e V e, por fim, o uso da letra cursiva. Ana demonstrou grande interesse nesse tipo de escrita.

No dia 31 de agosto de 2020, propomos a ela, novamente, a atividade de registro sob o tema “*Minha brincadeira favorita*”. Assim como Gontijo (2001) fez em sua tese, repetimos a atividade com o objetivo de compararmos a escrita de Ana.

Na segunda versão da atividade, quando perguntamos a Ana qual era a sua brincadeira favorita, dessa vez, ela disse que era “Amarelinha”. Então perguntamos a ela como que a brincadeira acontecia. Ela nos contou como entendia a brincadeira e, em seguida, pedimos que escrevesse o relato no caderno. Conseguimos ver, conforme a figura 04, que Ana teve um grande avanço nessa produção, principalmente a respeito da segmentação das palavras.



Amarelinha

Faz quadrinhos e depois faz números
Pula até chegar no final

Figura 04 – Escrita de Ana, no dia 31 de Agosto de 2020.

No título da produção de Ana identificamos o registro “A marelira” para representar a palavra “Amarelinha”. Nota-se que a nossa criança, do ponto de vista alfabético, iniciou a construção da palavra de maneira correta e finalizou-a com a sílaba “ra”. Entendemos que seja a sua hipótese para terminar a palavra “Amarelinha”, já que ela ainda não conhece o encontro “nh” – uma vez que a proposta didática e pedagógica da escola obedece a lógica da sequenciação. Nos processos de intervenção com Ana, decidimos por respeitar a proposta da escola.

Na primeira linha do texto de Ana foi possível verificar que ela escreveu a palavra “faz” corretamente. Em seguida, registrou “padiu” para representara palavra “quadrinhos”. Observamos que, na tentativa de escrever corretamente a palavra, Ana usou algumas letras para representar o som das sílabas. Considerando que oralmente, ao falar sobre a sua brincadeira preferida, ela disse “quadrinhu” ao invés de “quadrinhos”, compreendemos que isso explica o fato dela ter finalizado a palavra com a letra “U“, uma vez que tentou escrever como falou.

O restante da frase é possível identificar a palavra “deposi”, onde se observa que Ana fez a hipótese de sua escrita usando o “si” no lugar de “is”. No fim da frase, a pequena escreveu “fanumeru” na tentativa de escrever “faz números”. Percebemos que fez junção das duas palavras, e na palavra “faz” não usou a letra “z”, como havia feito anteriormente.

A última frase do texto de Ana é bem próxima da escrita convencional. Assim vemos a palavra “pula”, escrita corretamente. A palavra “até”, foi separada por Ana. As palavras “xega” e “finau”, embora escritas com trocas de letras, representam o nível alfabético.

Nessa etapa, podemos ver que Ana teve um avanço no seu processo de apropriação da escrita, encontrando- se no nível silábico-alfabético que é um nível de transição para o nível alfabético. Nele, segundo Ferreiro e Teberosky (1985, p.196) “[...] a criança abandona a hipótese silábica e descobre a necessidade de fazer uma análise que vai mais além da sílaba [...]”.

No dia 04 de setembro de 2020, optamos por fazer uma atividade semelhante à atividade representada na figura 03. Entretanto, ao invés de utilizarmos o alfabeto móvel, solicitamos que Ana escrevesse no caderno os nomes de cada um dos

desenhos. O resultado pode ser conferido na figura 5.

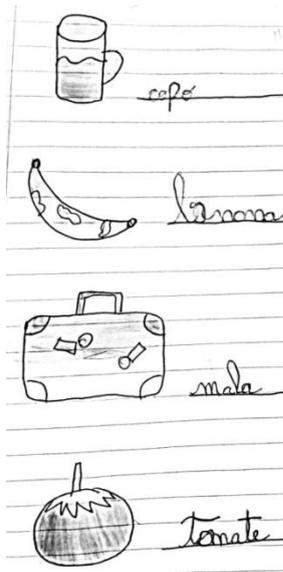
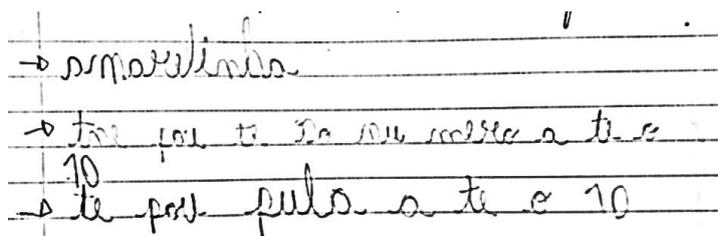


Figura 05 – Escrita de Ana no dia 04 de Setembro de 2020.

Ao reconhecer as imagens, Ana não teve dificuldades em nomeá-las. Foi possível, com isso, constatar a evolução no processo de aquisição e desenvolvimento da sua linguagem escrita.

No período de aproximadamente cinquenta dias, seguindo o cronograma de planejamento da escola de Ana, foram apresentadas as famílias silábicas iniciadas com as letras W, X, Y, Z, H, CH, LH, NH. Além disso, trabalhada a separação de sílabas. Como já dissemos, essa sequência didática representa o projeto e o planejamento da instituição.

Com o objetivo de seguirmos identificando as hipóteses de escrita de Ana, solicitamos que ela, contasse como acontecia a sua brincadeira preferida. Após a explicação oral, pedimos que Ana registrasse no caderno o que havia nos dito. Na figura 06, o resultado.



Amarelinha

Tem que ter os números até o 10.

Tem que pular até o 10.

Figura 06 – Escrita de Ana no dia 27 de Outubro de 2020.

Comparando os resultados das atividades do mês de outubro com as atividades que Ana realizou há dois meses, os avanços no processo de aquisição e desenvolvimento de sua escrita são, qualitativamente, consideráveis.

Na figura 06 podemos observar que a palavra “amarelinha” foi escrita de maneira correta. Nessa etapa, a família silábica do “nh” já tinha sido apresentada para a pequena. Então, é possível supor que, a partir do conhecimento adquirido, Ana tenha compreendido o modo convencional da escrita da palavra. O que, conforme a figura 04, não havia acontecido antes dela dominar essa informação.

Observamos que, ao escrever, Ana separou as palavras “a te” e “nu mero”. Enquanto escrevia, ela falava essas palavras pausadamente. Isso, de certo, se apresentou na escrita. Em algumas situações, parece que Ana entende que a escrita representa a fala. Consideramos relevante o fato dela utilizar o numeral 10, no texto, ao invés de escrever a palavra dez por extenso.

Na última atividade de registro, que ocorreu 23 dias após a atividade representada na figura 06, optamos, a partir do trabalho de Costa (2012), pela utilização de textos, cartas e bilhetes para compreender o desenvolvimento da linguagem escrita da criança.

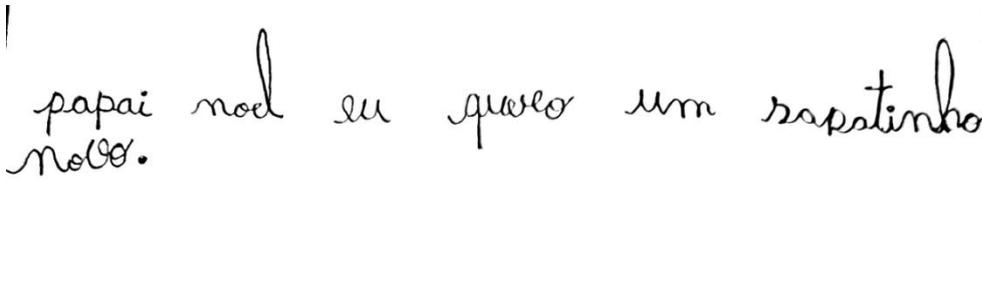
Segundo Costa (2012), quando a criança é motivada a escrever para alguém:

[...] ao escreverem para se comunicar com o outro, realizam seus projetos discursivos por meio da escrita de enunciados carregados de suas histórias de vida, seus conflitos, afetos e desejos. Nesse contexto, as crianças também dialogam a respeito de suas ideias sobre o sistema de escrita, realizando, assim, uma reflexão sobre os aspectos discursivos e linguísticos da linguagem escrita. (Costa, 2012, p.8)

No decorrer desse último mês de trabalho, de acordo com o cronograma de sua escola, Ana aprendeu mais famílias silábicas. Além disso, foi apresentada unidades R e RR; ao L com som de U; famílias silábicas iniciadas com Q, AM, AN, CE, CI e o GE, GI.

Num diálogo com Ana, e considerando a proximidade do momento natalino, propomosque ela escrevesse uma carta para o Papai Noel. Na carta, Ana deveria escrever sobre o que gostaria de ganhar de presente. Apesar da timidez, disse que gostaria de ganhar um sapatinho novo. Então, entregamos um papel e pedimos que

ela escrevesse uma carta para o Papai Noel. E o resultado da escrita de Ana se encontra na figura 07:



papai noel eu quero um sapatinho noel.

Figura 07 – Escrita de Ana no dia 19 de Novembro de 2020.

Quando começou a escrever a carta, Ana perguntou se “Papai Noel” se escrevia junto ou separado. Dissemos que ela poderia escrever da maneira que achasse correto. Na sequência, perguntou como se escrevia a letra “Q” com o tipo cursivo. Ana foi orientada a observar no silabário e, a partir desse momento, passou a recorrer a ele sempre que sentia necessidade.

Fomos surpreendidas com o processo de desenvolvimento da linguagem escrita da pequena Ana. Comparando a figura 02 com a figura 07, podemos afirmar que ela já se apropriou da escrita alfabética. O avanço qualitativo da escrita de Ana é evidente.

Durante os seis meses de construção do nosso estudo de caso, foi possível acompanhar todo o desenvolvimento de Ana. Conforme os conteúdos eram apresentados e o processo de mediação acontecia, fomos percebendo que Ana se apropriava da linguagem escrita, passando pelas hipóteses de escrita evidenciadas nas pesquisas de Ferreiro e Teberosky.

Para chegar a compreender a escrita, a criança pré-escolar raciocinou inteligentemente, emitiu boas hipóteses a respeito de sistemas de escrita (ainda que não sejam boas hipóteses a respeito do nosso sistema de escrita), superou conflito, buscou regularidades, outorgou significados constantemente. (Ferreiro e Teberosky, 1985, p.276).

Desde o início, observamos que Ana demonstrava interesse e dedicação no processo. Ela, durante cada um dos encontros, se apropriava de todo o conteúdo apresentado. Foi possível observar que ela apresentava um conhecimento básico das letras, assim como reconhecia algumas famílias silábicas. A noção de tamanho da escrita, tanto quanto a produção de sentenças, contudo, eram necessidades

percebidas para o trabalho com Ana.

Hoje, é possível afirmar que Ana tem propriedade na escrita. Reconhece as famílias silábicas. Tem noção de espaçamento e segmentação textual. Assim como produz sentenças e pequenos textos. Ao longo de seis meses, Ana evoluiu do nível silábico para o silábico-alfabético e desse, finalmente, para o alfabético.

Considerações finais

A Educação Infantil, com o passar do tempo, assumiu um papel significativo para a Educação Brasileira. Ela passou a ser responsável pelo desenvolvimento integral da criança. Desde as primeiras garatujas as crianças tentam transmitir o que estão sentindo e, quando questionadas, se expressam com letras no intuito de dizer algo. No decorrer do desenvolvimento da escrita, a criança começa a se apropriar e a compreender o processo da linguagem escrita, associando os grafemas aos fonemas.

As contribuições de Ferreiro e Teberosky (1999), Gontijo (2001) e Costa (2012) sustentaram este estudo. Gontijo (2001) traz uma abordagem relevante sobre o processo de apropriação da linguagem escrita. Defende que a criança, para aprender, precisa se apropriar dos conteúdos que estão sendo estudados, ou seja, não basta apenas ouvir, é necessário que eles façam sentido para a criança.

Com base nos estudos de Ferreiro e Teberosky (1999), conseguimos observar os caminhos hipotéticos percorridos pela pequena Ana. Ao elaborar as atividades, preocupamo-nos, também, em seguir a proposta de Costa (2012), que utilizava textos para trabalhar o desenvolvimento da escrita, independente do conhecimento já adquirido pela criança.

Para isso, apostamos na metodologia de Estudo de Caso. Ele permitiu observar, mediar e acompanhar, ao longo de seis meses, de junho a novembro de 2020, o processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita da pequena Ana.

Quando iniciamos os encontros, percebemos que Ana já conhecia o alfabeto e algumas famílias silábicas. A partir de algumas atividades diagnósticas, planejamos nosso trabalho com a pequena. Isso, sempre tendo em vista a necessidade oportunizar situações pedagógicas nas quais Ana se percebesse protagonista do

seu processo.

Ao final do estudo é possível afirmar que Ana tem propriedade na escrita. Reconhece as famílias silábicas. Tem noção de espaçamento e segmentação textual. Assim como produz sentenças e pequenos textos. Ana evoluiu do nível silábico para o silábico-alfabético, e desse, finalmente, para o alfabético.

Além do processo de mediação, propriamente dito, consideramos importante observar que o caderno de Ana, suporte dos seus registros de escrita, se tornou, neste estudo, uma ferramenta importante no processo. Isso, porque, ele permitia, à própria Ana, reconhecer a qualidade do seu trabalho com a escrita.

Concluimos que o Estudo de Caso, enquanto proposta metodológica, se apresenta como importante caminho investigativo. Isso, especialmente, porque ele nos permitiu comparar o processo de aprendizagem e desenvolvimento de Ana, com ela mesma.

Referências

APROPRIAÇÃO. **Dicio**, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/apropriacao/>>. Acesso em: 07 de Outubro de 2020.

AREAS PSICOMOTORAS E COMO ESTIMULAR CADA UMA DELAS NA APRENDIZAGEM. **Instituição Neuro Saber**, 2019. Disponível em: <<https://institutoneurosaber.com.br/entenda-as-areas-psicomotoras-e-como-estimular-cada-uma-delas-na-aprendizagem/>>. Acesso em: 13 de Outubro de 2020.

ATIVIDADE LEGISLATIVA. **Senado**, 2020. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_18.02.2016/art_208_.asp>. Acesso em: 10 de Maio de 2020.

COSTA, Alexandre. NASCIMENTO, Aline. TERRA, Letícia. CRUZ, Emilia. SILVA, Marina. **O uso do método de estudo de caso na ciência da informação no Brasil**, 2013. <<file:///C:/Users/InfoWerk/Downloads/59101-Texto%20do%20artigo-75920-1-10-20130722.pdf>> Acesso em: 19 de Novembro de 2020.

COSTA, Mônica. **Práticas de produção de texto numa turma de cinco anos da Educação Infantil**, 2012. Disponível em: <<http://educacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGE/detalhes-da-tese?id=6099>>. Acesso em: 24 de Abril de 2020.

DECRETO Nº 9.765, DE 11 DE ABRIL DE 2019. **GOV BR**, 2019. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137476/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-765-de-11-de-abril-de-2019-71137431>. Acesso em: 14 de Maio de 2020.

DESENVOLVIMENTO. **Dicio**, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/desenvolvimento/>>. Acesso em: 07 de Outubro de 2020.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. **Alfabetização: a criança e a linguagem escrita**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

GONTIJO, Cláudia. **Repositório da produção científica e intelectual da UNICAMP**. 2020. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/251348>>. Acesso em: 06 de Abril de 2020.

IBGE, Agência de notícias. **PNAD**. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>> Acesso em: 07 de Outubro de 2020.

LEI Nº 9.394. **MEC**, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf> Acesso em: 10 de Maio de 2020.

LINGUAGEM. **Dicio**. 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/linguagem/>>. Acesso em: 07 de Outubro de 2020.

MEC. **Diretrizes curriculares da educação básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

MEC, Base Nacional Comum Curricular. **Educação Infantil**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil>> Acesso em: 07 de Outubro de 2020.

POLITICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO. **Ministério da Educação**, 2019. Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/images/pdf/caderdo_final_pna.pdf> Acesso em: 10 de Maio de 2020.

POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO. **Ministério da Educação**, 2019. Disponível em: <<http://alfabetizacao.mec.gov.br/politica-nacional-de-alfabetizacao-2/o-que-e>>. Acesso em: 14 de Maio de 2020.